

Entrevista com Roger Chartier

O historiador francês Roger Chartier, um dos maiores especialistas na história da leitura, vem desenvolvendo em seus trabalhos

temas como práticas e recepção de leituras, sociabilidades intelectuais e edição de livros na França do Antigo Regime, em obras como *Histoire de l'édition française*, *Pratiques de lecture*, *Lectures et lecteurs dans la France de l'Ancien Régime* e *A*



ordem dos livros, entre outras.

Nesta entrevista, Roger Chartier analisa as possibilidades e dificuldades encontradas pelos historiadores ao tentarem

reconstruir as práticas e a recepção das leituras de uma determinada sociedade. E chama atenção para o fato de que mais importante do que tentar saber o que liam os franceses no século XVIII é tentar perceber como eles liam.

Arquivo Nacional. *O Senhor considera possível responder à pergunta: "O que liam os franceses no século XVIII?"*

Roger Chartier. Hoje já me parece possível responder a essa pergunta. Os trabalhos clássicos dos historiadores franceses permitiram reconstruir a produção, a circulação e a posse dos títulos autorizados graças à utilização maciça e quantitativa dos registros de pedidos de permissão, dos catálogos dos livreiros e das listas de livros presentes nos inventários post-mortem. O que faltou durante muito tempo às conclusões dessas pesquisas foi um bom conhecimento da difusão dos títulos proibidos, que não podiam ser impressos no reino, nem figurar nos catálogos de livreria ou aparecer nos inventários de livros pertencentes por particulares.

Graças à exploração sistemática dos arquivos das sociedades tipográficas instaladas ao redor do reino, e que publicavam os 'livros filosóficos' para o mercado francês, agora é possível ter-se uma justa medida da importância e da natureza dessa produção proibida. O grande trabalho de Robert Darnton, desenvolvido a partir dos arquivos excepcionais da Sociedade Tipográfica de Neuchâtel, constitui a contribuição mais fundamental. Mas não devemos esquecer outras pesquisas, também feitas por historiadores americanos, como, por exemplo, as de Raymond Birn sobre os arquivos da Sociedade

Tipográfica de Bouillon.

É a partir desse conhecimento que hoje podem ser formuladas novas perguntas: não mais "o que liam os franceses?", mas "como liam os franceses?" E "qual foi o papel do impresso no afastamento dos franceses da Igreja e da monarquia?"

Arquivo Nacional. *Na introdução de Edição e sedição Robert Darnton afirma que este livro pode ser lido como uma resposta à questão de Daniel Mornet: "o que liam os franceses no século XVIII?" O que o senhor pensa disso?*

Roger Chartier. Inspirado pelo programa de sociologia da literatura de Lanson, Daniel Mornet foi sem dúvida o primeiro historiador que tentou avaliar a importância da difusão das grandes obras do Iluminismo a partir de sua presença (ou ausência) nos inventários de bibliotecas. É este o tema de seu célebre artigo "Os ensinamentos das bibliotecas particulares no século XVIII", publicado na *Revue d'histoire littéraire de la France*, em 1910. A partir desse trabalho pioneiro, multiplicaram-se os estudos monográficos a fim de reconstituir as bibliotecas pertencentes aos diferentes grupos sociais, nos diferentes locais e em diferentes épocas. O ponto fraco dessas monografias residia no fato de que as fontes por elas utilizadas (inventários notariais ou catálogos de vendas) subestimavam, ou até mesmo ignoravam, por sua própria natureza, os títulos proibidos,

que eram escondidos dos notários ou postos secretamente a venda pelos livreiros.

Daí a importância capital das pesquisas de Darnton, que permitiram ter uma noção precisa da circulação (que não era pequena) da literatura clandestina. O que agora devemos compreender melhor é a articulação dos diferentes mercados do livro (o das novidades lícitas, dos 'livros filosóficos', dos mascates, do livro de segunda mão etc.), das diferentes formas de acesso ao impresso (por compra, empréstimo, assinatura em gabinetes de leitura, participação em sociedades de leitura, locação por hora ou por dia etc.) e dos diversos tipos de leitura (em função dos levantamentos de textos, das razões da leitura e das maneiras de ler).

Arquivo Nacional. *No livro Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime o senhor diz que o acesso ao livro não pode ser reduzido somente a posse do livro, pois nem sempre o leitor é proprietário do livro que lê. Por outro lado, o senhor chama a atenção para o fato de que a escrita está presente mesmo na cultura analfabeta, em rituais festivos, nos espaços públicos, nos locais de trabalho. Partindo dessa premissa, que conselhos daria àqueles que estão interessados em reconstituir as práticas de leitura e as formas de apropriação dos textos de uma determinada sociedade?*

Roger Chartier. O único conselho útil

seria resistir à tentação, sempre forte, de considerar a nossa relação com o livro, e de maneira mais geral, com o texto escrito, como universal e variável. Contra o que João Hansen designa (e denuncia) como um 'etnocentrismo da leitura', é necessário lembrar que a posse não é o único meio de acesso ao livro, que nem todo material impresso é composto de livros lidos no espaço privado, que a leitura não é forçosamente solitária e silenciosa, e que não é necessário ser alfabetizado para 'ler', se 'ler' significa, como na Castela do Século de Ouro, ouvir ler.

Não podemos esquecer essas práticas que, ao contrário da posse, não deixaram vestígios nos arquivos. Reconstruí-las supõe a mobilização de fontes que, por definição, não são nem exaustivas, nem suscetíveis de um tratamento serial. Assim, por exemplo, para a leitura em voz alta, o estudo de suas representações nas obras literárias pictóricas ou iconográficas, a identificação dos gêneros e das formas que visam ou supõem uma determinada leitura, a localização, nos próprios textos, do que Paul Zumthor qualifica como 'índices de oralidade' e, para os etnólogos e sociólogos, a observação das fórmulas e convenções próprias a um determinado modo de leitura.

Arquivo Nacional. *A partir de que momento os historiadores franceses se voltaram para a história do livro e para a sociologia da leitura? Quais foram os*

precursores destes trabalhos?

Roger Chartier. O interesse atual pela história das práticas de leitura resulta claramente, pelo menos na França, do cruzamento de várias tradições. A primeira delas é a da história do livro em sua acepção clássica. Sua fundação como disciplina e campo de pesquisas autônomas foi marcada pela obra *L'apparition du livre*, publicada por Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, em 1958. Henri-Jean Martin foi o primeiro historiador francês a ensinar uma disciplina especificamente consagrada à 'civilização do livro', na Ecole Pratique de Hautes Etudes. A partir desse livro fundador, foram muitos os trabalhos consagrados à reconstituição das conjunturas em que foram produzidos os materiais impressos, à sociologia das 'pessoas ligadas ao livro' (editores, livreiros, encadernadores, artesãos etc.) e à importância do acervo das bibliotecas particulares. Os quatro volumes da *Histoire de l'édition française* (publicada entre 1982 e 1986 e reeditada entre 1989 e 1991) fazem um balanço de todas essas pesquisas. Uma segunda corrente de estudos, que floresceu nesses mesmos anos, foi a da sociologia da leitura, entendida como avaliação das práticas do livro (compra em livraria, visita a bibliotecas, volume e circunstâncias das leituras), repartidas segundo os diferentes meios sociais e grupos profissionais. O ponto alto desses trabalhos é a série de obras publicadas pelo Serviço de Estudos e

Pesquisas da Biblioteca Pública de Informação do Centro Georges Pompidou.

Mas, para que uma história da leitura tivesse um verdadeiro desenvolvimento, foram necessárias outras referências e outros fundamentos, que vieram da antropologia das práticas comuns, tal como proposto por Richard Hoggart em *The uses of literacy*, e por Michel de Certeau em *L'invention du quotidien*; das correntes da história literária sensíveis à pluralidade e à historicidade da recepção das obras, logo, à diversidade de suas leituras; e, finalmente, das disciplinas que, ao descrever a forma dos objetos manuscritos e impressos (*codicologie, analytical bibliography*), estabelecem as eventuais modalidades de sua apropriação.

Apoiando-se sobre essas referências matriciais, a história da leitura pôde ser construída e, recentemente, propor seus primeiros balanços (*Histoires de la lecture*) e suas primeiras sínteses (*Storia della lettura nel mondo occidentale*).

Arquivo Nacional. *Para o senhor a história da leitura se inscreve como um objeto da história intelectual ou da história cultural?*

Roger Chartier. Para mim, hoje já não se pode estabelecer uma diferença nítida entre a história intelectual (ou literária) e a história cultural. Na verdade, um problema comum apresenta-se aos historiadores dos textos, do livro e das práticas culturais, qual seja, o de reconstruir os usos e as

significações atribuídos aos textos por seus diferentes leitores (ouvintes ou espectadores). Responder a essa pergunta supõe desenvolver várias estratégias de pesquisa, ligadas umas às outras mas que, tradicionalmente, pertencem a diferentes disciplinas acadêmicas. Devemos agrupar numa mesma história o estudo dos textos, logo, de seus gêneros, formas, temáticas, motivos; o estudo dos suportes e de suas modalidades de inscrição, transmissão e conservação; enfim, o estudo de suas apropriações por diferentes comunidades, em diferentes momentos.

É possível (e sem dúvida necessário) abordar essa problemática a partir de uma das questões: o estudo de uma obra de um gênero impresso, ou de uma prática da escrita. Os trabalhos que publiquei sobre uma peça de Molière (nos *Annales*, em 1994), sobre a *Bibliothèque bleue*, ou sobre a leitura em voz alta podem ilustrar cada uma dessas perspectivas de pesquisa. Mas o importante é que cada uma, qualquer que seja seu ponto de partida, articule à análise textual, a descrição morfológica e sociológica dos hábitos. É a partir de tal articulação que se podem definir novas perspectivas de trabalho que desestruturem as divisões canônicas e coloquem a questão fundamental: a da produção do sentido.

Arquivo Nacional. *Os historiadores da leitura têm recorrido à diversas fontes: inventários post-mortem, catálogos de*

bibliotecas, documentação editorial, correspondência de livreiros e da censura, almanaques como France litteraire entre outras. Quais são as principais dificuldades metodológicas ao se trabalhar com estas fontes?

Roger Chartier. Cada fonte mencionada apresenta problemas específicos, quanto a sua representatividade, ou quanto a sua exaustividade. Para a história da leitura, a dificuldade fundamental relaciona-se com o fato de que o historiador pode trabalhar apenas com representações da prática: representações normativas nas artes de ler e nas sentenças judiciais; representações de uma leitura pretendida, desejada, implícita, nos prefácios, prólogos e palavras ao leitor; representações codificadas segundo as convenções estéticas com as imagens de leitores e leitoras propostas pela pintura ou pela gravura; representações dirigidas pelas táticas do *self fashioning* nos testemunhos de natureza autobiográfica (*livre de raison*, diário, narrativa de vida).

Tal constatação não significa que essas fontes sejam inutilizáveis. Ao contrário. Mas leva, contra qualquer leitura documentária ingênua e imediata, a compreender as práticas da representação (suas razões, gêneros, intenções) para poder decifrar corretamente as representações das práticas. Parece-me que o mesmo procedimento é válido para os documentos aparentemente mais objetivos (inventários post-mortem,

registros administrativos, catálogos de bibliotecas etc.). Todos supõem escolhas e triagens - logo, exclusões. Todos são organizados a partir de categorias, classificações e fórmulas que não são neutras, mas que submetem à suas lógicas as 'realidades' de que se apoderam. Tomar consciência dessas convenções, variáveis segundo os documentos, as épocas e lugares, é condição necessária para que se possa apreciar as pertinências e os limites de cada fonte.

Arquivo Nacional. *De que forma a história cultural pode se relacionar com a crítica literária, com a 'estética da recepção' e com as abordagens filosóficas como a de Paul Ricoeur cujos estudos partem da própria estrutura narrativa?*

Roger Chartier. Creio que a história só tem valor e interesse se é capaz de estabelecer um diálogo, ou um debate com as outras disciplinas. No campo da história da leitura, o encontro foi imediato e evidente tanto com a crítica literária (pelo menos aquela que enfoca a recepção das obras) como com a filosofia (pelo menos aquela que se inscreve numa perspectiva fenomenológica e hermenêutica). O grande livro de Paul Ricoeur *Temps et récit* une as duas abordagens, pois a teoria da leitura que constrói para compreender o encontro entre o mundo do texto e o mundo do leitor baseia-se na dupla referência à fenomenologia da leitura, desenvolvida por Wolfgang Iser, e na estética da recepção, elaborada por Hans Robert Jauss e a 'Ecole de

Constance'. Era pois normal que ele adotasse a linha de reflexão dos historiadores da leitura.

As diferenças que esses historiadores podem estabelecer em relação às abordagens literárias e filosóficas prendem-se a dois elementos: o primeiro remete à *materialidade* dos textos. Contra todas as formas de abstração dos textos estudados, lidos, comentados independentemente das modalidades de sua inscrição e de sua comunicação, é necessário lembrar, parece-me, que a significação das obras depende *também* das formas que as transmitem a seus leitores e a seus ouvintes. A 'mesma' comédia de Molière não é a 'mesma', se assistida quando de uma festa na corte ou no palco do teatro do Palais Royal, ou quando é apenas lida. O 'mesmo' romance de Balzac não é o 'mesmo', quando é publicado em folhetim, numa edição para um gabinete de leitura, numa edição para o mercado da livraria, ou ainda sob a forma de obras completas. "A forma afeta o sentido", é uma fórmula cara a D. F. McKenzie. É pois necessário identificar os efeitos de sentido das diferentes formas (impresas ou manuscritas, escritas ou orais) que se apoderam de uma 'mesma' obra. Por outro lado, contra todas as formas de abstração do leitor ou, dizendo melhor, de 'etnocentrismo' da leitura, que supõe comuns a todos os leitores práticas que são, na verdade, absolutamente específicas - por exem-

plo, aquelas do crítico literário ou do filósofo hermeneuta...-, devemos lembrar que a leitura tem uma história e uma sociologia. É pois necessário reconstruir as competências, as técnicas, as convenções, os hábitos, as práticas próprias a cada comunidade de leitores (ou leitoras). Deles depende também a significação que, em determinado momento ou lugar, um 'público' pode atribuir a um texto.

Arquivo Nacional. *Exemplos como o do moleiro Menocchio, analisado por Carlo Ginzburg em O queijo e os vermes, que teve acesso a livros que não lhe eram destinados, ou da série Bibliothèque Bleue, de textos clássicos dirigidos editorialmente a um público menos instruído, configuram uma 'circularidade da cultura' ou apontam para a existência da dicotomia popular/letrado? Como o senhor entende esse tipo de apropriação?*

Roger Chartier. Nas sociedades do Antigo Regime, os leitores populares, devido a suas condições de vida, vêem-se confrontados com textos que não lhes são especificamente destinados. Seja porque, como Menocchio, eles adquirem ou tomam emprestados livros que são destinados às elites sociais; seja porque, como clientes dos mascates, eles compram os impressos que constituem o repertório das livrarias ambulantes, que editam, para um público mais amplo, textos que - anteriormente, ou naquele momento -, são difundidos sob outras formas,

dirigidos a outros leitores, mais afortunados e mais letrados.

Assim, não é possível caracterizar como radicalmente específico o *corpus* dos textos que constituem o que tradicionalmente se designou como a 'literatura popular ambulante'. O essencial consiste, inicialmente, em localizar quais são os textos e os livros que circulam nos meios populares, assim como nos meios letrados (pensemos nas *romanzas* e nos romances de capa e espada da Castela do Século de Ouro); em seguida, devemos identificar as maneiras de ler características dos menos privilegiados e dos menos cultos dos leitores.

A tarefa não é fácil, está sempre ameaçada pelo risco de reintroduzir um sociologismo demasiadamente abrupto, que qualifica como 'populares' práticas que, na verdade, podem ser encontradas em outros horizontes sociais. Será certo, por exemplo, que a maneira de ler de Menocchio seja representativa de uma leitura campesina, apoiada nas tradições da cultura da oralidade? É necessário ser prudente na qualificação dos diferentes modelos de leitura que, também eles, como o *corpus* dos textos, podem ser comuns a diferentes meios.

Mas é certo que é somente deslocando-se sobre os usos e práticas, que a história das leituras populares poderá evitar as armadilhas nas quais freqüentemente caiu ao tratar sem

precaução a oposição entre popular e letrado aplicada à circulação, supostamente fechada, de *corpus* de textos considerados como próprios a tal ou tal público. São esses problemas que procurei enfocar num artigo publicado no primeiro número da nova revista brasileira *Mana**.

Arquivo Nacional. *O professor Robert Darnton vê a Revolução Francesa também como uma revolução literária, não apenas através dos grandes textos iluministas, mas também pela literatura clandestina. A circulação de livros e a leitura de obras proibidas modificou as relações de poder? A burguesia leu os iluministas?*

Roger Chartier. Os trabalhos de Robert Darnton, e particularmente suas últimas obras, mostraram a importância da circulação dos 'livros filosóficos' nas três últimas décadas do Antigo Regime. Também enfatizaram a composição bastante confusa dessa noção, utilizada pelos livreiros, que compreende as obras dos filósofos, encabeçados por Voltaire, os libelos e panfletos políticos e as obras pornográficas, clássicas ou recentes.

A partir dessas constatações, indiscutíveis, pode-se abrir um debate sobre os laços existentes entre a leitura desse *corpus* de textos que, sob diferentes formas, denunciam ou dessacralizam as autoridades tradicionais, e a transformação das representações coletivas que, em 1789, torna admissível e aceita a ruptura revolucionária.

Em meu livro sobre as origens culturais da revolução, apresentei alguns argumentos que me parecem impedir que se vincule, sem uma análise mais profunda, os leitores às correntes de pensamento: por exemplo, a pluralidade das significações possivelmente atribuídas a textos com vários registros; os limites da área social de circulação dos libelos e o caráter efêmero de sua atualidade; a possibilidade de o leitor encontrar um prazer na leitura sem, todavia, dar crédito a seus enunciados, ou a necessidade de não considerar o afastamento da monarquia como o resultado de um processo linear e cumulativo. Daí a hipótese segundo a qual as novas maneiras de ler surgidas no século XVIII, desvoltas e críticas, talvez tivessem importância igual ou superior à importância da divulgação em grande escala dos textos subversivos. Pareceu-me necessário chamar a atenção sobre todos esses pontos, a fim de evitar que a tese clássica de Mornet, que considera a ruptura revolucionária como sendo consequência da divulgação sempre mais ampla do Iluminismo, não seja simplesmente reproduzida em outro *corpus*, o dos 'livros filosóficos', dotado da mesma eficácia subversiva que aquela atribuída, durante muito tempo, aos textos dos filósofos...

Na edição americana de *Edição e sedição*, muito mais desenvolvida do

* Nota do Editor. O artigo a que se refere o autor intitula-se "Leituras, leitores e 'literaturas populares' na Europa da Renascença" e faz parte da revista *Mana*, editada pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRJ.

que o texto original francês, Robert Darnton que, diga-se de passagem, é um grande amigo - o que dá mais liberdade às polêmicas intelectuais -, responde ponto por ponto a esses argumentos. Cabe, pois, ao leitor, julgar a força e a fraqueza da posição de cada um.

Arquivo Nacional. *Na esteira do sociólogo alemão Norbert Elias, o senhor vem estudando as alterações ocorridas na noção de moralidade bem como os livros que entre os séculos XVI e XVIII descreviam os códigos e comportamentos tidos como 'civilizados'. Que dificuldades o senhor encontrou ao trabalhar com esta documentação?*

Roger Chartier. Como se sabe, a obra de Norbert Elias constitui, para mim, uma referência teórica maior. Sinto-me feliz e orgulhoso por ter contribuído para torná-la mais conhecida na França, ao prefaciar as traduções de quatro de seus livros (*A sociedade de corte, A sociedade dos indivíduos, Engagement et distanciation e Sport et civilization: la violence maîtrisée* - de Elias e Eric Dunning).

Meu interesse pelo *corpus* dos tratados de civilidade, de Erasmo às civilidades revolucionárias, nasceu de uma questão central colocada pela grande tese de Elias quanto ao desenvolvimento dos dispositivos de autocontrole dos indivíduos - que ele chama de 'processo de civilização'. Como pôde se dar a incorporação de novas normas do comportamento, que refreiam a expressão dos afetos e aumentam as

exigências do pudor? Quais são os dispositivos que traduzem em termos de modelos de conduta os cerceamentos impostos pelo incremento das interdependências entre os indivíduos? O *corpus* dos tratados de civilidade, ponto de partida do trabalho de Elias, poderia ser retomado de outra maneira: não mais buscando-se neles os deslocamentos da fronteira entre o lícito e o proibido, mas entendendo sua pluralidade e seus usos. Daí a ênfase sobre as definições concorrentes - antropológica, cristã, social, revolucionária etc. - da civilidade. Daí também a atenção dirigida às utilizações pedagógicas dos tratados e à sua divulgação 'popular' no repertório da *Bibliothèque bleue*.

Para minha contribuição ao quarto volume da *Histoire de la France*, dirigida por André Burguière e Jacques Revel, para Editions du Seuil, retomei um dos textos, designado por Elias como o primeiro manual da racionalidade da corte, ou seja, a tradução francesa, atribuída a Amelot de la Houssaie, do *Oráculo manual y arte de prudencia*, de Gracián (1647). Tratava-se, antes de tudo, de compreender como a tradução havia 'curializado' o texto (publicado em 1682 sob o título *L'Homme de cour*) e como seus preceitos encontravam apoio na teoria cartesiana das paixões e suas traduções em sentimentos e condutas dos personagens da tragédia clássica.

Tradução de Lea Novaes.